

As construções portuguesas na cidade magrebina de Azamor

P e d r o D i a s

*Universidade de Coimbra
Director do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo*

CORRENDO A COSTA MAGREBINA, desde o cabo de Gibraltar até às faldas do AntiAtlas, um visitante depara, de poucas dezenas em poucas dezenas de quilómetros, com cidades que lhe recordam a passagem dos portugueses por estas terras. Ocupando Ceuta, em 1415, manter-se-ia a administração lusa sobre muitas cidades, até 1769, ano do abandono definitivo de Mazagão. São várias as que conservam as muralhas, ruas e praças, igrejas e capelas, ou ruínas delas, ou, tão-só, a toponímia e as fábulas. Azamor, que foi governada pela Coroa Portuguesa, entre 1514 e 1551, é, de entre as mais importantes, a menos conhecida, e aquela que, apesar da sua riqueza patrimonial, menos atenção mereceu até aos nossos dias. Já no seu tempo, o feito bélico teve grande repercussão, no reino, sendo até representada a tragicomédia *Exortação da Guerra*, de Gil Vicente, por ocasião da partida da armada. São claras as palavras do dramaturgo, sobre a legitimidade da acção: «(...) África foi de Christãos/ mouros vo-la tem roubada/ Capitães, ponde-lh'as mãos, (...)/ He guerra de devação/por honra de vossa terra, cometida com razão/ formada com descrição/ contra aquela gente perra...» A recuperação do antigo espaço do Império Romano e do Império cristão foi sempre um pilar ideológico das investidas portuguesas contra as praças magrebina.

Lembrar a necessidade de preservar as ruínas de Azamor é a razão fundamental pela qual escolhemos esta cidade, como objecto de estudo, para integrar num volume dedicado às relações entre Portugal e Marrocos.

Não é este o lugar para dissertar sobre a expansão dos portugueses na costa do Magrebe; damos o conhecimento dos factos e as suas razões como adquiridos, pelo que passamos, desde já, à questão específica de Azamor.

A primeira tentativa para ocupar esta cidade deu-se em 1508, mas nada resultou. No entanto, proporcionou-se outra ocasião, em 1513, quando da expulsão de alguns portugueses que ali viviam

e o consequente encerramento da nossa feitoria, por iniciativa de Mulay Zião, levando a que o duque de Bragança, D. Jaime, rumasse ao Norte de África, comandando uma armada de 400 velas, 13 mil homens a pé e mais de dois mil homens a cavalo¹. Adiantemos já que, nesta expedição, participou o construtor Francisco Danzilho, com largo currículo no Alentejo e em Marrocos, que desenhava uma ou mais vistas da cidade que foram enviadas ao rei.²

Durante o assédio, os muros foram submetidos a trabalho de sapa, para os enfraquecer, tendo os nossos militares levantado as tradicionais mantas, para poderem picar as paredes a salvo dos projecteis que os azamorense lhes arremessavam.

Como Damião de Góis escreveu, quando do ataque das tropas de D. Jaime de Bragança, a vila, ou cidade, tinha uma grande cerca de forma quadrangular, onde habitava gente de vários credos e raças, a começar por compatriotas nossos, que tinham construído as suas próprias moradias.

O quotidiano de Azamor estava intimamente ligado ao da vizinha Mazagão, mas ao contrário desta, foi entregue aos marroquinos, em finais de Outubro de 1541, ao mesmo tempo que Safim, dentro da política da coroa, que desejava diminuir o esforço económico e humano no Magrebe. Apesar do crescimento posterior da vila, o circuito das muralhas do tempo português está quase íntegro, contrariamente ao que acontece com o palácio do capitão, em adiantado estado de ruína, mas, mesmo assim, ainda com estruturas suficientes para que possamos perceber como era nos seus tempos áureos.

Azamor tinha uma dimensão fora de comum, para esse tempo, e, desde logo, colocou-se aos responsáveis portugueses a questão da sua manutenção, face à constante pressão inimiga. Enquanto alguns desejavam restaurar e reforçar os seus muros, mantendo o carácter eminentemente urbano, fazendo em Mazagão um ponto



mais forte e seguro, outros advogaram que se limitasse a área a defender, tornando antes Mazagão um reduto inexpugnável. A Coroa Portuguesa optou por uma solução mista, melhorando as condições defensivas da cidade recém-conquistada, embora com a diminuição da zona defendida, e recuperando o alcácer e a construção de um castelo mais forte, em Mazagão.

Após a conquista militar, por D. Jaime de Bragança, a população muçulmana abandonou as suas casas, ficando apenas a comunidade judaica, à qual se juntaram mouros de outras zonas, colonos idos do Continente, de Castela e, sobretudo, da ilha da Madeira, regressando os antigos moradores, e, mesmo assim, só alguns, passados anos, quando a situação parecia irreversível.

Azamor. Rio Morbeia e muralha da cidade
Fotografia Pedro Dias

D. João de Meneses, que foi o primeiro capitão da praça, ao tempo da administração portuguesa, dizia a D. Manuel que ficara com cerca de três mil homens, contando com os expedicionários e com os que conseguiu recrutar ali, o que era muito pouco, pois a vila era praticamente do tamanho de Évora e as defesas que possuía muito fracas³. Durante os vinte e oito anos da ocupação, foram executadas obras de vária índole, fortificações, a adaptação de velhas mesquitas, adaptação e construção, de raiz, de moradias, de armazéns, etc. É do que nos ocuparemos agora.

A preocupação de D. João de Meneses, quanto às dificuldades de sustento da guarnição, fica clara, na carta acima citada, defendendo a redução de Azamor a um simples castelo. No entanto, quando escreveu, num dos dias compreendidos entre 1 e 9 de Dezembro de 1513, disse que estava a reparar os muros, mas insistiu na necessidade de construir um atalho, ou seja, um muro transversal que deixasse de fora da cerca parte do aglomerado urbano, o que viria a ser conhecido como Vila Velha.

Uma outra carta, esta de Nuno Gato, para o rei, escrita a 5 de Dezembro, testemunhava a chegada do mestre construtor, Diogo de Arruda, a Mazagão, onde desembarcara no dia 26 de Novembro, e da sua ida a Azamor. Levava ordens para fazer primeiramente o alcácer da cidade, para o que foram caravelas com cal e outros apetrechos necessários. A cava começou a ser aberta, em volta da alcáçova, no dia 1 de Dezembro⁴. O contentamento de Nuno Gato foi grande, ao receber a confirmação dos seus desejos, e aproveitou um novo contacto para pedir ao monarca alfaias, para o culto religioso, pois as que havia eram ainda apenas as que D. Jaime de Bragança tinha deixado.⁵

Continuando a ver a correspondência trocada entre Azamor e a corte, realçamos a importância de uma carta de Rui Barreto, escrita a 21 de Fevereiro de 1514, que atesta a presença de

Diogo e de seu irmão, e também mestre-de-obras, Francisco de Arruda, na cidade, a superintender em todos os trabalhos de construção, desde a fortificação até à edificação de casas de morada. O alcácer continuava a ser melhorado, a ser transformado num atalho, mandando o rei fazer, aí dentro, habitações que, diga-se, Diogo de Arruda já havia começado, ou, pelo menos, a escolher os terrenos. Depois de acabada a alcáçova, poderiam ficar aí trinta moradores. No castelo, os irmãos Diogo e Francisco de Arruda tinham que edificar ainda o paiol e o celeiro.⁶

Um dos documentos mais importantes, para o conhecimento das campanhas de obras manuelinas, é a carta escrita por Francisco e Diogo de Arruda, no dia 31 de Março desse ano⁷. Por ela sabemos dos tradicionais problemas da cal, e ainda que foram eles que projectaram e lançaram os alicerces dos quatro principais baluartes, embora a sua conclusão se deva a outros mestres, pois eles partiram para nova empreitada urgente, em Mazagão. Fica assente que é aos irmãos Arruda que se deve também a primeira campanha de reparação geral das velhas muralhas mouras, que, dada a sua fragilidade, nunca deixaram de dar problemas.

A falta de mão-de-obra e de material não permitiam que fosse dado o aviamento previsto, na obra do castelo, do que se queixou Vasco de Pina, entretanto nomeado vedor⁸. As previsões de que se poderiam acabar até ao fim de Abril de 1514 saíram frustradas, sendo necessário mais um mês, pelo menos, para concluir os muros e os baluartes⁹. Entretanto, continuava a ser pouca a cal ida do Algarve, pelo que Nuno Gato resolveu fazer dois fornos, cuja construção ficou a cargo de um mestre judeu de nome Adibe. Ia também cal de Safim, que era, ao que parece, de muito boa qualidade, mas também igualmente escassa.

A obra da cava encontrava dificuldades, pois era necessário abrir a pedra viva, e os homens da



cidade não queriam trabalhar nela. Do conjunto dos baluartes virados a terra, já estava acabado o mais pequeno, certamente o Baluarte de São Cristóvão, mas o grande, o Baluarte do Raio, estava já engalgado até ao sobrado, onde seria colocada a artilharia grossa, ficando os dois níveis inferiores para a artilharia miúda; Nuno Gato escreveu, com orgulho indisfarçado, que era uma das famosas peças que, no Mundo, se podia ver.¹⁰

D. Manuel enviou um novo grupo, cerca de 200 homens, que rapidamente deram continuação a obras que se arrastavam, especialmente as de reparação dos muros e de construção do baluarte que defendia a porta virada para o rio.¹¹

Nas nossas pesquisas, de que já demos conta noutros textos anteriores, encontramos outros documentos que comprovam a continuidade dos trabalhos, durante os anos de 1514, 1515 e 1516; são sobretudo ordens de pagamentos de soldadas e de materiais¹². Lembremos os nomes de João Fernandes da Fonseca, que fornece um carregamento de 1950 telhas¹³; do pedreiro Afonso Mourão, que acordou a construção de uma casa com Rui Queixada¹⁴; deste último, que arrematou o contrato de fornecimento de pedra e de outros materiais de construção, em 22 de Dezembro de 1517; e de Nicolau Vaz, que contratou tam-

bém a entrega da cal, para as obras, por contrato celebrado nesse mesmo dia.¹⁵

Conservam-se também cadernos com a lista dos pagamentos aos homens que trabalhavam sob as ordens de Diogo de Arruda, que aparece sempre como mestre e à cabeça das listagens, enquanto Francisco, que vem em segundo lugar, é intitulado *seu irmão*, o que prova, a nosso ver, que tinha, nesta empreitada específica, uma posição subalterna. Como não nos parece lógico fazer aqui a transcrição destas nominas, usamos, como amostragem, apenas duas, uma de 1514 e outra de 1516. Na primeira Diogo de Arruda tinha sob as suas ordens 46 pedreiros, dois carpinteiros, quatro cabouqueiros e mais 81 homens, entre taipeiros e trabalhadores indiscriminados. De entre os pedreiros, muitos eram de Tomar: Álvaro Pires, Fernão Peres, Afonso Rodrigues, João Fernandes, Gonçalo Vaz, Martim Rodrigues, Bartolomeu Pires, Fernão Pires, Bartolomeu Vaz e Fernão Vaz. Outros eram Francisco Fernandes de Monsaraz, Diogo Fernandes, João de Viana, Afonso Brás, André Fernandes, Gonçalo Anes, Antão Pires, Cristóvão Gil e Francisco Dias. Eram de Lisboa: Francisco Rodrigues e Diogo Pires e os mestres dos carpinteiros e dos cabouqueiros, Fernão Pires e Brás Afonso respectivamente.

Azamor. Muralha do lado de terra. Fotografia Pedro Dias

Azamor. Muralha do lado de terra e exterior do Baluarte de São Cristóvão. Fotografia Pedro Dias



Em Maio de 1516, a companhia tinha 49 pedreiros, cinco cabouqueiros, dois taapeiros, dois carpinteiros e mais 109 operários indiscriminados. É importante notar a constante utilização da arquitectura de terra, em taipa, tipologia ainda hoje muito comum no Magrebe e que, ao tempo, também o era no sul do nosso país. Daí poderem, com facilidade, enviar-se oficiais deste ofício para o Norte de África, e não ser preciso recorrer à mão-de-obra local, sempre pouco fiável, por razões de segurança. Quanto à origem destes trabalhadores, sabemos que além dos que eram de Tomar e da Batalha, outros foram de Porto de Mós, Junqueira, Beja, Viana, Estremoz, Coimbra, Serpa, Trancoso, Moura, Braga, Guimarães, etc.¹⁶ Todo o país estava representado e parece ter havido alguma renovação nos quadros, talvez devido ao reinício das obras no Convento de Cristo de Tomar, em 1515, com a chegada do Mestre régio João de Castilho, para completar os trabalhos que

Diogo de Arruda começara anos antes e que interrompera com a ida para o Norte de África.

O *regimento da obra do muro e atalho da cidade de zamor* foi dado pelo rei, em Lisboa, a 11 de Setembro de 1517, nomeando, simultaneamente, Álvaro de Cadaval como vedor e receptor das respectivas obras¹⁷. Aí se determina que seria feito um muro de taipa e formigão de cal, isto é, misturada com areia e saibro, com 1,70 metros de largura e cerca de 4,5 metros de altura fora as ameias, sendo os alicerces de pedra, muro que cortaria a cerca, desde o Baluarte de São Cristóvão até à Igreja Matriz, aqui chamada impropriamente sé, e daqui até ao rio de Morbeia. Este muro teria uma porta para o campo, cuja forma ficaria ao arbítrio do capitão.

As obras continuaram durante alguns anos, mas, no início de 1519, a famosa Vila Velha já tinha desaparecido, graças à diligente intervenção de D. Álvaro de Noronha.¹⁸

A 11 de Janeiro de 1520, foi passada a carta régia de nomeação de Antão Pires, como mestre das obras de pedraria, substituindo um tal Mestre Álvaro, do qual pouco ou nada sabemos. Este Antão Pires já aí vivia, pelo menos, desde 1515, quando aparece nos róis de pagamentos. O documento de D. Manuel I, confirmado depois por D. João III, é francamente elogioso, considerando-o hábil e capaz do desempenho do ofício, para que era nomeado.¹⁹

Em 18 de Abril de 1520, D. Álvaro de Noronha escreveu ao rei a dizer que, finalmente, a famigerada e tantas vezes adiada obra do atalho estava acabada.²⁰

As fortificações de Azamor, tal como estão, não são muito diferentes daquilo que se poderia ver, no final do reinado de D. Manuel I, já que as obras dos tempos seguintes apenas se limitaram a completar o que faltava e a reforçar um ponto ou outro. Do lado do rio Morbeia, a defesa era facilitada pela própria topografia e a muralha ainda é a de origem muçulmana. Com a desactivação da praça, as casas dos populares começaram a aproveitar os muros e, particularmente, o adarve, hoje só visível em breves trechos. Possuiu ameias de corpo largo e era reforçada por torres redondas, colocadas em espaços regulares, três das quais são claramente distinguíveis. Uma dessas torres fica no seguimento do muro do atalho e excede as restantes em altura. No ângulo mais a ocidente, ergue-se a porta da ribeira, defendida por uma grande couraça, que começa na cortina perpendicular do alcácer. Permite a passagem por cima do vão, como na porta da calheta do castelo do mar de Safim, e era a primeira defesa contra quem se aproximava, vindo do lado do mar.

A muralha leste tem um baluarte redondo, em cada extremo, com grande esbarro, e era dotada de um fosso seco, hoje entulhado. Tem ainda o adarve, mas as ameias desapareceram. A altura total devia ultrapassar os oito metros,

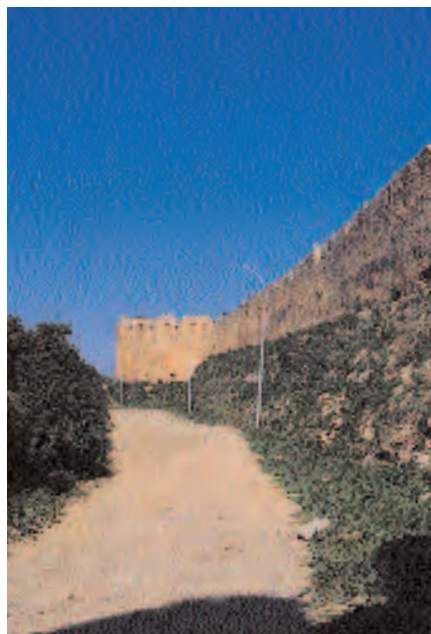


a que se juntariam mais cinco ou seis do referido fosso.

Este sistema era o mesmo da muralha do campo, que hoje começa por uma porta da vila, que julgamos ser de factura relativamente recente. É provável, no entanto, que, neste lugar, já existisse outra com a respectiva ponte levadiça, para acesso à vila. A parte inferior do baluarte, que lhe fica à esquerda, e a grande troneira, que está do lado oposto, são manuelinos.

Daqui, a muralha estende-se em duas secções, uma correspondendo à vila propriamente dita, e outra ao atalho, que coincide com o castelejo. A primeira quebra num ângulo muito aberto, onde está uma poderosa torre de secção rectangular, com canhoneiras acasamatadas para tiro rasante, nomeadamente para o flanqueamento, continuando o pano em linha recta até ao Baluarte de São Cristóvão, o que fica englobado no conjunto das casas do capitão. É neste ponto que se inicia o castelejo que conforma um losango com cerca de 180 metros de lado.

Azamor. Praça alta do Baluarte do Raio. Fotografia Pedro Dias



Azamor. Muralha do lado de terra. Fotografia Pedro Dias

Este baluarte tem planta circular e um diâmetro de 14 metros, e está preparado para o tiro alto, através de frestas, e para o tiro mergulhante, por aberturas semelhantes a matacões. Tem também canhoneiras quadradas, para peças de calibre grosso. O acesso faz-se da praça de armas através de escadas que se acedem por uma magnífica porta de verga polilobada de recorte manuelino. Deste dispositivo resultaram três níveis de defesa, os dois baixos cobertos e o alto descoberto.

No extremo desta cortina, no ângulo do atalho ou castelejo, encontra-se o outro baluarte, excepcional pela forma e pelas dimensões. É o chamado baluarte do raio, que tem duas partes distintas: uma secção rectangular, que excede a junção das duas muralhas convergentes, e um corpo semicircular. A primeira tem dispositivos para o tiro mergulhante, como o anterior, e a segunda mostra uma sucessão de canhoneiras sobrepostas, como se fosse o bojo de um galeão. O entulhamento do fosso ilude, pois diminuiu a altura original, mas é possível reconstituir conjecturalmente este fantástico dispositivo. Tem também dois pisos acasamatados, que disparavam em 280°, e um piso alto poligonal dotado de merlões e canhoneiras.

Daqui, a muralha manuelina continua em direcção ao rio e à couraça da porta da calheta, que antes referimos.

A vila continuou a ter novamente obras de reparação e adaptação, antes de 1530, quando se começou uma nova campanha. Conhecemos parte desses trabalhos, nomeadamente os efectuados em 1528, pois ainda existem as folhas de pagamentos aos operários, que já aproveitámos noutros estudos. O mestre era Jorge Dias, e trazia consigo cerca de oito pedreiros, número variável, a que se juntavam trabalhadores indiferenciados. A companhia não era grande, e incluía os pedreiros Álvaro Lopes, Francisco Ramalho, Francisco Fernandes, Fernão Dias, Afonso de Tomar, João Lopes, entre outros.²¹

A 9 de Junho de 1530, D. Pedro de Mascarenhas chegou à vila de Azamor e, por carta, logo se queixou a D. João III do facto dos muros estarem muito debilitados, serem de taipa e de terra, e muito finos, com pouca largura. O capitão resolveu reduzir ainda mais a última zona fortificada, fazendo um atalho, no enfiamento de um baluarte, que António Leite tinha anteriormente começado, aumentando a capacidade defensiva dos restantes que estavam operacionais.²²

Outro mestre das obras documentado é Jorge Dias, que, em 1541, passou a ocupar igual cargo em Mazagão; julgamos que este foi o último construtor português que esteve activo em Azamor.²³

Como acontecia com as outras cidades e vilas da região, também esta estava sob a alçada do bispo de Safim e integrada na respectiva diocese. A sua primeira Igreja Matriz foi instalada na Mesquita Maior, como de costume, depois de devidamente sagrada, dando o duque D. Jaime de Bragança a paramentaria e as primeiras alfaia para o culto. O prior era a principal entidade religiosa de Azamor, acumulando, por vezes, com outros cargos, pelo que não era de estranhar que estivesse no reino. No entanto, nunca estiveram aqui, ao mesmo tempo, mais do que 17 religiosos, entre clérigos regulares e clérigos seculares.

Os documentos coevos chamam Sé à Igreja Matriz, que ficava junto ao muro do atalho construído, logo após a conquista. Sabemos que tinha, pelo menos, em 1541, uma estrutura complexa, com três naves paralelas e, provavelmente, três capelas na cabeceira. De facto, a 12 de Abril de 1541, o capitão António Leite ordenou ao feitor Pedro Álvares que usasse as naves da igreja para celeiro e armazém, para apoiar as gentes do socorro, devido ao facto de não haver outras instalações convenientes e a urgência da situação²⁴. Esta igreja tivera obras, em 1537, que foram alvo das atenções dos conselheiros lisboetas de D. João III.²⁵



Azamor. Praça de armas dentro do atalho.
Fotografia Pedro Dias



Azamor. Residência do capitão e praça de armas dentro do atalho. Fotografia Pedro Dias

D. Manuel I ficou tão entusiasmado com a conquista de Azamor e com os seus frutos espirituais, que desejou fundar três conventos, o que motivou a contestação do capitão Rui Barreto, nada interessado em ter de dirimir as inevitáveis contendas entre os frades. Era de opinião que seria mais conveniente criar apenas uma casa religiosa, e de preferência da Ordem de Santo Agostinho, já que este Doutor da Igreja era magrebino. No entanto, esta razão devia esconder outra mais profunda, a da atitude habitualmente ponderada dos agostinianos, relativamente aos franciscanos e dominicanos. Barreto indicava até uma antiga mesquita, junto do alcácer, para a instalação dos padres.²⁶

Anos depois, havia não um mas dois conventos, o dos agostinianos e outro dos franciscanos, que tiveram por primeiro guardião um tal frei Vasco. O Convento de Nossa Senhora da Graça foi erecto canonicamente, e mesmo construído, por iniciativa de frei Pedro de Vila Viçosa; as obras decorriam, em 1538²⁷. Em 20 de Março

de 1540, os cavaleiros e fidalgos de Azamor pediram ao rei que a igreja, que tinha acabado de ser construída, fosse erecta em mosteiro. Parece que esta nova edificação não agradou aos padres franciscanos, que criaram uma grande intriga, chegando mesmo a caluniar o citado frei Pedro.²⁸

No âmbito das obras públicas, há que salientar outras informações. Desde logo, o projecto que se pode considerar de ordenamento urbano, proposto por Simão Correia, em carta escrita a D. Manuel I, e já acima citada, com data de 3 de Outubro de 1516. Dizia que o castelo, ou atalho, era suficientemente grande para que, dentro dele, se pudessem traçar ruas e praça e calçetas bem como para fazer a igreja com a sua torre, além de se dever abrir uma porta, para o cais fluvial, ao lado das casas da feitoria. Seguir-se-ia a destruição da vila velha, cujo terreno seria destinado a hortas e pomares. Os materiais das casas que fossem destruídas seriam aproveitados, e dar-se-ia uma indemnização aos seus proprietários. A judiaria, e esse era o desejo do nosso já conhecido Mestre Adibe, seria feita em duas ou três ruas, num local apartado, junto das muralhas, de modo que os seus habitantes pudessem refugiar-se, em caso de ataque. Em 1516, havia pelo menos 81 casas de morada em construção, em Azamor, e curiosamente havia quem jogasse com a indecisão régia de reduzir ou não a praça ao atalho ou alcácer, para fazer especulação imobiliária.

Relativamente a 1518, temos documentos que nos dão conta da construção da nova alfândega, dentro do castelo e por baixo das casas que tinham sido acabadas, onde funcionava a feitoria.²⁹

Mas a obra de carácter civil de maior importância e volume foi a morada do capitão, dentro do castelejo e confinando com a muralha de terra e com o grande baluarte a que antes nos referimos. Todas as construções se organizavam em

volta de um pátio ou praça de armas, ficando por cima a zona habitacional e no nível térreo dependências com outras características, como os armazéns, provavelmente o tronco, a casa do armamento e o alojamento para soldados, além das imprescindíveis cavalariças. Da vila, o acesso fazia-se por uma dupla porta, a primeira aberta, no atalho, e a segunda, já no primeiro muro de protecção da quadra, colocada em ângulo recto. Ainda existem, amplas e com cantarias chanfradas à maneira manuelina.

Chegava-se ao andar superior por uma escada larga e bem lançada, colocada lateralmente à parede do flanco nascente, e, alcançando um patamar, acedia-se à sala grande. Outras salas e câmaras sucediam-se em linha recta, quer para um lado quer para o outro, abrindo-se as janelas para a praça de armas, todas com molduras tipicamente manuelinas, mas feitas de tijolo e estuque. São ainda visíveis as vergas trilobadas ou em arco ou em carena.

Deste verdadeiro palácio passava-se ao adarve, e era possível percorrê-lo, em grande parte, quer para o lado do baluarte redondo quer em sentido contrário, para o do baluarte de ângulo. Nesta zona, ficava novo núcleo de habitações, difícil hoje de definir, mas que tinha pelo menos meia dúzia de salas e câmaras. Parece que a residência do capitão englobava o próprio adarve, já que é possível ver restos de elementos decorativos, como é o caso de dois conjuntos parietais compostos por mísula e dossel em calcário, incrustados junto de uma escada secundária. Inferiormente a este espaço podem ver-se outras salas e também as entradas, para as casamatas do baluarte.

Uma outra obra de grande alcance foi a construção da ponte sobre o rio Morbeia, que o bispo de Safim, D. João Subtil, patrocinou, dando para isso a quantia de 100 cruzados; aqui, trabalharam os Mestre Martim Teixeira e Afonso Gonçalves³⁰. Foi muito raro que os portugueses fizessem

trabalhos com estas características, em Marrocos, já que a sua jurisdição efectiva raramente ultrapassava o circuito das muralhas das praças-fortes.

São muitos, pois, os motivos arquitectónicos e urbanísticos de interesse que Azamor conserva, memórias de um curto e agitado período de presença portuguesa, apenas 28 anos, mas do qual muita da sua população hoje se orgulha.

- ¹ Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1970, vol. II.
- ² F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou ao serviço de Portugal*, Lisboa, 1899-1922, vol. I, p. 275.
- ³ *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Portugal*, edição de Pierre de Cénival, David Lopes & Robert Ricard, Paris, 1934-1935, vol. I, pp. 459-467.
- ⁴ *Les Sources...* vol. I, pp. 453-456.
- ⁵ *Les Sources...* vol. I, pp. 468-469.
- ⁶ *Les Sources...* vol. I, pp. 489-501.
- ⁷ F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario...*, vol. I, pp. 48-49.
- ⁸ António Dias Farinha, «Feitos de Vasco de Pina em Marrocos e a sua acção na Abadia de Alcobaça», *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, 1969, vol. I, pp. 124 e segs.
- ⁹ *Les Sources...* vol. I, pp. 522-524.
- ¹⁰ *Les Sources...* vol. I, pp. 530-533.
- ¹¹ *Les Sources...* vol. II - I, pp. 37-40.
- ¹² Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos*, Lisboa, 2000, pp. 117 e segs.; IAN/TT – Corpo Cronológico, P. 2ª, m. 52, doc. 180; P. 1ª, m. 15, doc. 97; P. 2ª, m. 55, doc. 35; P. 2ª, m. 56, doc. 2; P. 2ª, m. 58, doc. 212; P. 2ª, m. 61, doc. 148.
- ¹³ IAN/TT – Corpo Cronológico, P. 2ª, m. 67, doc. 24.
- ¹⁴ IAN/TT – Corpo Cronológico, P. 2ª, m. 66, doc. 73.
- ¹⁵ IAN/TT – Núcleo Antigo, mns. 751, inum.
- ¹⁶ IAN/TT – Núcleo Antigo, mns. 765, inum.
- ¹⁷ Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», pp. 147-148.
- ¹⁸ *Les Sources...* vol. II - I, pp. 240-241.
- ¹⁹ F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario...*, vol. II, pp. 294-295.
- ²⁰ *Les Sources...* vol. II, p. 274.
- ²¹ IAN/TT – Núcleo Antigo, mns. 770, inum.
- ²² *Les Sources...* vol. II-II, p. 529.
- ²³ F. M. de Sousa Viterbo, *Diccionario...*, vol. I, pp. 278-279.
- ²⁴ *Les Sources...* vol. III, pp. 384-385.
- ²⁵ *Les Sources...* vol. III, pp. 83-84.
- ²⁶ *Les Sources...* vol. II, pp. 57-58.
- ²⁷ IAN/TT – Cartas dos Governadores de África, maço único, doc. 104; e Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», pp. 129-130.
- ²⁸ *Les Sources...* vol. III, pp. 241-242.
- ²⁹ Maria Augusta Lima Cruz, «Documentos inéditos para a História dos Portugueses em Azamor», pp. 149-150.
- ³⁰ *Les Sources...* vol. II, pp. 269-272 e 248-249.